

URBANISMO

Painéis de propaganda instalados no Conic ferem lei e plano original de Brasília, invadindo a paisagem do Eixo Monumental. GDF promete começar a retirá-los até o dia 30. Empresários vão recorrer à Justiça

Patrimônio histórico violado

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Carlos Vieira/CB/13.9.05

DF-Brasília



AUTORIZAÇÕES PARA PAINÉIS CRESCERAM ATÉ 2003, QUANDO DEIXARAM DE SER LIBERADAS. ELAS SE BASEAVAM EM INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DA LEGISLAÇÃO

Em um dos pontos mais movimentados do Distrito Federal, na zona central do Plano Piloto, há um flagrante desrespeito às regras do plano original de Brasília, patrimônio histórico. São os *outdoors* e painéis luminosos instalados na cobertura do conjunto de edifícios do Setor de Diversões Sul, o Conic. Ao todo são oito, cinco deles com anúncios publicitários, invadindo a paisagem monumental do eixo que divide as asas Sul e Norte. Para o governo e especialistas, é indiscutível que a presença dos equipamentos é irregular. Mas nunca foram removidos. Ao contrário, o número de anunciantes aumentou nos últimos anos.

Para a arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lucio Costa, a presença dos anúncios é um absurdo. "Está no relatório original do Lucio Costa e na memória descritiva do Plano Piloto que a publicidade deve ser colocada na frente, como é no Conjunto Nacional. O caso do Setor de Diversões é particular", explica. Elisa critica as permissões concedidas no passado à instalação dos equipamentos. "A administração pública precisa saber onde pode ser rígida e onde pode ser flexível. Devem ter usado um critério bobo para autorizar a colocação", diz.

De acordo com o subsecretário de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau), José da Luz, não haverá mais tolerância com as empresas e os condomínios que alugaram os espaços. "Até o dia 30 deste mês, iniciaremos o processo de retirada", avisa. Mas a batalha não será fácil. A autorização para a instalação dos equipamentos foi dada em função de uma interpretação equivocada

das leis e agora os empresários recorrem à Justiça para não sair no prejuízo.

É o caso do proprietário do painel mais antigo do Conic. A estrutura foi colocada no terraço do edifício Venâncio VI em 1971, na lateral voltada para a Asa Sul. Hoje abriga o anúncio da marca Café do Sítio. Américo Lima, dono da Layout, empresa que detém o espaço, afirma que não pretende perder. "Estamos dentro da lei. O painel foi aprovado. Há especulações de veículos de comunicação que querem a nossa retirada", insinua.

O advogado do empresário, Edvaldo de Andrade, conseguiu uma liminar para que a estrutura fosse mantida em 2002,

quando estiveram sob a primeira ameaça de derrubada. "Nós entendemos que ele faz parte do tombamento", argumenta. "Isso é conversa, não existe isso", rebate o administrador de Brasília, Clayton Aguiar. A Sefau notificou o empresário e os demais proprietários dos engenhos publicitários há pouco menos de um mês. A responsabilidade pela retirada será do setor privado. Mas o governo pode acionar o Corpo de Bombeiros para ajudar na operação, caso haja resistência em obedecer a determinação.

A lei distrital que regulava a instalação de equipamentos publicitários no Distrito Federal até 2002, a 1.918/98, não estabelecia

claramente a restrição que Lucio Costa impôs aos setores de diversão Sul e Norte. Mas a confusão foi encerrada com a lei 3.035/02, que criou o Plano Diretor de Publicidade (*Leia quadro*). Até então, as regras se referiam apenas às dimensões dos *outdoors*. "Por isso existia uma complacência do poder público", observa a prefeita do Conic, arquiteta Flávia Portela. Contrária à permanência dos anúncios, ela declarou guerra e convocou os síndicos de cinco dos 16 prédios que compõem o setor. "Vamos esperar por uma solução até o final do ano", desabafa.

Desde 2003, a administração de Brasília não concede alvará de funcionamento aos painéis.

A alegação dos empresários, porém, é que a lei 3.305/02 concedeu prazo de três anos para que as irregularidades fossem corrigidas. Mas há uma confusão na interpretação da norma. "O prazo está vencendo e nós vamos verificar com a administração como deve ser feita a retirada", reconhece Edna Guerra, gerente administrativa da Look Painéis, empresa que aluga o painel onde foi colocado anúncio da rádio Antena 1, na cobertura do edifício Venâncio II, voltado para o Eixo Monumental. Mas o advogado Edvaldo de Andrade, da Layout, discorda. "O prazo começa a contar a partir da regulamentação da lei", diz.

Regras em discussão

A regulamentação do Plano Diretor de Publicidade (PDP) é tema de uma polêmica que se arrasta há mais de um ano. Após longas discussões no Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), o PDP foi encaminhado ao governo em 2004. O relatório do conselho excluiu os Lagos Sul e Norte da área de influência do plano. Mas as pressões do setor privado inviabilizaram a proposta, que deveria ter sido aprovada pela Câmara Legislativa. Agora será preciso rever o conteúdo da regulamentação.

O novo texto volta à pauta do Conpresb na próxima reunião marcada para o dia 20 de outubro, de acordo com a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Motta, que preside o Conpresb. "Quanto tempo isso vai demorar? Enquanto isso estão extrapolando os limites do espaço para propaganda e desrespeitando Brasília", critica Heliete Bastos, ex-integrante do conselho. Ela foi relatora da primeira versão do PDP.

Sem espaço para opinar nas decisões do Conpresb, Heliete optou por pressionar os conselheiros para que a discussão sobre a situação da publicidade em Brasília seja prioridade na pauta. Em agosto, ela entregou ao secretário de Cultura e conselheiro Pedro Bório uma carta pedindo providências. No documento, com 18 fotos anexadas, ela faz uma crítica às administrações regionais. Diz estranhar a liberação de autorizações para os painéis. "Pois imagino que elas existam. Caso contrário, é mais grave do que se poderia supor e é impossível que as autoridades competentes não sejam capazes de perceber esses equívocos" diz.

O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural (Iphan), Alfredo Gastal, promete levar a denúncia sobre os abusos dos anunciantes na área tombada do DF ao Ministério Público, principalmente no caso do Conic. "Aquilo é um acinte", afirma.